

Economia Social

Abordagem teórica e operacional da economia interessada, especificamente, pelos os aspectos económicos dos problemas sociais, assim como da política social, a economia social apresenta duas vertentes: a repartição funcional dos rendimentos entre os factores de produção e a repartição dos rendimentos individuais.

Também chamada “terceiro sector”, a economia social tem raízes profundas, remontando os primeiros relatos documentados de actividades deste sector à Idade Média, constituindo seus longínquos ancestrais as *guildas*, confrarias e corporações de ofício e *compagnonnages* (associações de solidariedade entre trabalhadores). Originárias do século XIII, as associações de artesãos permaneceram, sob o Antigo Regime, a principal forma de organização dos operários profissionais franceses e sobrevivem até hoje.

A partir do séc. XVIII, no entanto, os filósofos iluministas iriam considerar as corporações um entrave à liberdade individual, e a Revolução Francesa rejeitaria qualquer legitimidade a corpos intermediários entre indivíduo e nação. Dessa forma, a lei Le Chapelier, de 1791, proíbe qualquer agrupamento voluntário de base profissional. Somente em 1884, por iniciativa de W. Rousseau, será concedida a liberdade de se constituírem sindicatos profissionais, mas só no início do séc. XX a liberdade de associação seria reposta.

É, no entanto, ainda no início do século XIX, em reacção à brutalidade da revolução industrial, que aparecem as experiências iniciais e os primeiros teóricos da economia social. São deles exemplo Saint-Simon, Charles Fourier, Pierre Proudhon e Louis Blanc, cujas reflexões sobre a redistribuição da riqueza e a promoção do bem-estar das classes operárias alternam entre sistemas pró e contra a intervenção no Estado nesta função.

As relações entre as instituições da economia social e os poderes públicos modificaram-se profundamente na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Depois do primeiro choque do petróleo, a crise económica e o aumento do desemprego contribuíram para reforçar o seu papel, assumindo diferentes modalidades, de acordo com os países. Na Grã-Bretanha, certas actividades sociais foram retomadas pelo sector privado devido à política de redução das despesas públicas conduzida por Margaret Thatcher. Na Espanha, as restrições financeiras levaram as colectividades a privatizar parte de seus serviços sociais. As empresas de mercado apoderaram-se da parte lucrativa da procura, deixando às associações o sector insolvente. Na França, e na Itália, por outro lado, não foi constatado o descomprometimento financeiro do Estado.

O crescimento do desemprego e da pobreza na Europa na década de 80 provocou o surgimento de novas empresas sociais. Instrumentos de luta contra a exclusão, vectores de inovação, elas representam, quase sempre, uma resposta a novas necessidades diante da incapacidade das

administrações e das colectividades locais e regionais para imaginar e pôr em prática soluções eficazes.

A economia social reúne, assim, estruturas muito diferentes quanto à dimensão e à natureza das suas actividades e a sua importância é reconhecida pela Comissão Europeia, para quem os seus actores, não só são economicamente relevantes, como têm também um papel de relevo no maior envolvimento dos seus membros e dos cidadãos europeus em geral na sociedade, sendo ao mesmo tempo uma fonte importante de empreendedorismo e emprego em áreas onde as estruturas empresariais privadas tradicionais enfrentam dificuldades de viabilidade, podendo as suas instituições assumir a forma de mutualidades, cooperativas, associações, fundações e empresas sociais, a que acrescentamos, no caso português por excelência, as Misericórdias.

As características fundamentais destas organizações radicam no facto de elas responderem a necessidades económicas e sociais dos seus membros, ao mesmo tempo que se apresentam como entidades sem fins lucrativos, democráticas na decisão, sendo ainda flexíveis e inovadoras, adaptando-se a circunstâncias económicas e sociais em constante mudança, sendo, ainda, na sua grande maioria baseadas na participação, adesão e compromisso voluntários.

A economia social, que apresenta uma tendência de crescimento, encontra-se em quase todos os sectores económicos, embora a sua visibilidade para os cidadãos e para os poderes públicos não corresponda ainda à sua importância, já que, contribui para a criação de emprego e de novas formas de empreendedorismo, indo ao encontro das novas necessidades e permitindo assim também amortecer as crises que surgem nas nossas sociedades, embora não questione, nem se perspective que venha a questionar, a sociedade do mercado.

As novas realidades e exigências que a economia e a sociedade europeias irão impor no horizonte deste primeiro quartel do século XXI fazem com que este tema comporte e explicita algumas das questões essenciais das sociedades europeias – e, concretamente, da portuguesa – no primeiro quartel do séc. XXI, que afectam todas as sociedades, e para as quais, em e para Portugal, a existência secular e activa das Misericórdias constitui um activo consolidado adicional, pelo capital acumulado ao longo de 5 séculos (capital de solidariedade, vivência espiritual, prestígio e reconhecimento) e que constitui, simultaneamente, um excelente ponto de partida para o futuro, e uma óbvia responsabilidade acrescida para a busca de novas respostas para novas realidades.

No registo histórico da generalidade dos Europeus, está a memória, vivida, do período da 2ª Belle Époque, os “30 gloriosos”, em que a Europa dominava as tecnologias da 2ª Revolução Industrial, propugnando por uma sociedade igualitária, onde a estabilidade de emprego, profissão e carreira e o direito à segurança social eram apresentados e assimilados como irrevogáveis, bem como os frutos da mobilidade social e do enriquecimento de toda uma geração nos anos 50 a 70.

Nessa época dourada, no entanto, os europeus esqueceram progressivamente os 5 séculos de domínio no sistema de relações internacionais e no sistema económico mundial que a Europa e o acumulo de riqueza e conhecimento em que eles se traduziram, bem como os binómios igualdade/desigualdade e rigidez/flexibilidade, que ao longo dessas três décadas pareceram desaparecer do seu quotidiano.

No entanto, as transformações económicas, sociais e políticas ocorridas ao longo do 4º quartel do séc. XX, nomeadamente os “choques do petróleo” de década de 70, e o início do processo geral de globalização competitiva levaria à recomposição de forças no sistema económico mundial e no sistema de relações internacionais, em que a Europa perde posição política e económica de forma consistente.

Por outro lado, a evolução das sociedades europeias do post-guerra, marcadas também pelos “30 gloriosos”, pelo enriquecimento, a capilaridade social, o progresso; o crescimento e desenvolvimento, fruto de um triângulo dourado em que crescimento do produto, baixa inflação e equilíbrio das contas externas se combinaram para a formação de uma imagem de progresso contínuo e irreversível.

A construção do “modelo social europeu”, um conceito difuso na sua realidade interna, mas facilmente discernível na comparação externa, e a consciencialização progressiva de um “modelo social europeu” fizeram com que os Europeus tivessem fortemente diluídos, na sociedade europeia, as consequências económicas dos 4 flagelos milenares da Humanidade, com os subsídios de desemprego e reforma a responderem ao problema da fome, o serviço nacional de saúde ao da doença, a construção da União Europeia como seguro permanente e perene contra a guerra entre estados europeus e a pensão de sobrevivência ou os seguros que permitiam mitigar as consequências económicas da morte de um membro contribuinte do orçamento familiar...não se apresentando questionável a perenidade do modelo, ou uma crise do Estado-providência/welfare state, o que se verifica assim que os pressupostos económicos de crescimentos continuado e de equilíbrio social e demográfico são postos em causa.

Com efeito, a realidade económica, social e política europeia e portuguesa, numa visão prospectiva sobre o 1º quartel do séc. XXI, apresenta um padrão pouco consonante com este que acabámos de descrever e que os europeus viveram no 2º e 3º quartel do séc. XX.

A pressão da globalização competitiva, as tensões deflacionárias na economia mundial, a agudização da competição global e, nos sectores de bens transaccionáveis, a redução das margens e dos investimentos e o enfraquecimento do processo de acumulação de capital, exigem e forçam a recomposição de forças no sistema económico mundial, onde os Estados Unidos da América aparecem como o *hegemon*, assistindo ao mesmo tempo à rápida e fulgurante ascensão da China e da Índia, enquanto se mantém dúbio o posicionamento do Brasil e da Rússia, e permanecem as hesitações e dúvidas em África. Quanto à Europa, uma perda consistente de posição.

Por outro lado, o duplo envelhecimento da população e a emergência de uma “mosaic society”, acompanhada do aumento das desigualdades económico-sociais numa sociedade de “sucesso” assente na competição e nas qualificações, exigirão dos Europeus, com uma esperança de vida mais longa, uma adaptação a um padrão económico em que terão que trabalhar mais (alargamento dos prazos de reforma) e receber menos (não subida, e mesmo decréscimo, dos salários e pensões/subsídios), deixando ainda por resolver a questão inexorável dos marginalizados.

Nestes novos tempos e realidades, que impõem novas exigências, a relação complexa entre Economia e Sociedade assume-se, assim, como o factor mais relevante para a gestão das sociedades, sendo que as lógicas internas dos 2 subsistemas (económico e social) são diferentes.

Com efeito, se o subsistema económico encontra sempre um equilíbrio ex-post (a questão das condições de equilíbrio coloca-se em termos ex-ante), o subsistema social gera permanentemente tensões potencialmente conflituais/divergentes – a que o económico pode não ter capacidade de responder em termos das expectativas criadas/exigências da sociedade.

Desta forma, o mercado é o mecanismo mais eficaz na racionalidade da alocação de factores (no domínio económico) mas, historicamente, falha no domínio da repartição (por razões sociais), tornando-se, então, essencial o binário competitividade/solidariedade, onde assume uma relevância fundamental a economia social.

Numa sistematização rudimentar (que, como todas as sistematizações simplificadas de realidades complexas tem largos troços de sobreposição/indefinição), podemos identificar o sector privado, o sector estatal e o terceiro sector (não mercado e não Estado).

O “3º sector”, tido, como já vimos, como residual, na perspectiva dos tempos actuais, ao qual não é reconhecida a importância que tem para a gestão das tensões e conflitualidades entre a Economia e a Sociedade, é no entanto uma realidade histórica consistente e sempre presente e, portanto, não pode ser encarado como mera excrescência – mais ou menos anómala – do sistema económico-social, assumindo, antes, perante as novas realidades, uma relevância central nas sociedades modernas.

Numa visão de conjunto, podemos afirmar que a economia se organiza e funciona em torno da conjugação e articulação de 5 componentes (que correspondem a 5 níveis significativos, cada um deles constituindo um “caso”):

A – o caso colectivo (operacional macro): o conjunto da economia e, de um modo geral, as chamadas “políticas macro”;

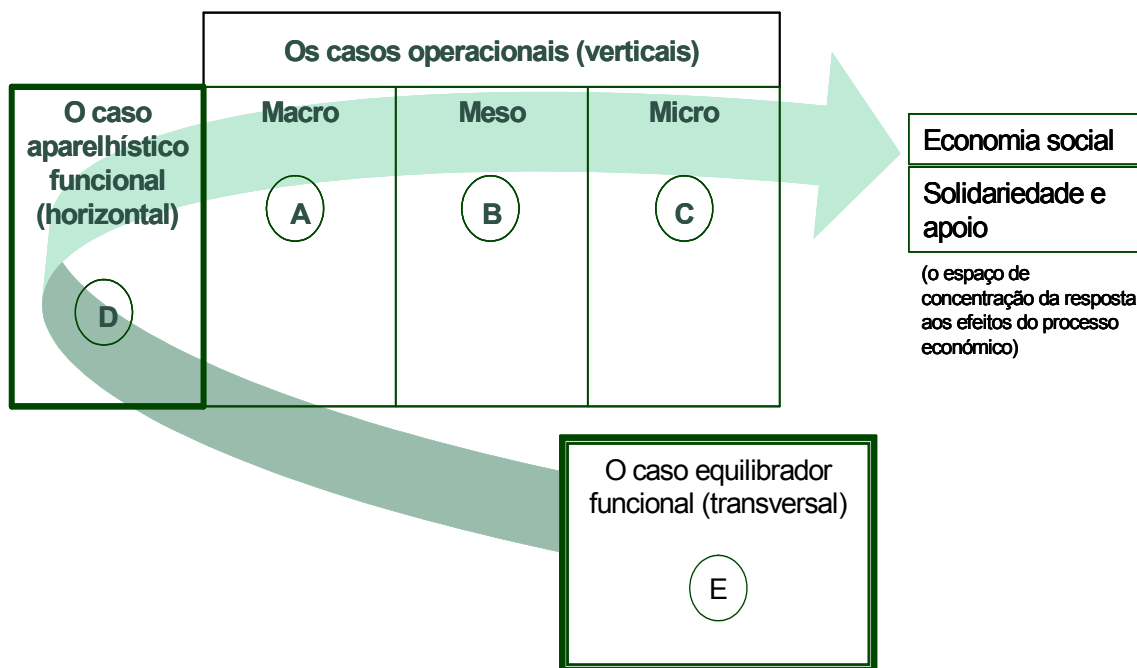
B – o caso intermédio (operacional meso): cada um dos sectores (e sub-sectoros) por si, em si e na sua interligação sistémica;

C – o caso individual (operacional micro): as unidades de produção (as empresas) e as unidades de consumo (as famílias);

D – o caso aparelhístico (funcional horizontal): trata das questões fundamentais do poder e sua legitimação, e do aparelho de poder;

E – o caso equilibrador (funcional transversal): a gestão societal (sobretudo nas sociedades mais avançadas) da relação complexa competitividade/solidariedade.

Numa visão gráfica, a organização da economia pode ser representada da seguinte forma:



Desta forma, o caso equilibrador (funcional transversal), é de sempre e em toda a parte, mas reveste-se de relevância agudizada nos processos históricos da 1ª Revolução Industrial, e da passagem da Sociedade Industrial para a Sociedade da Informação (do capitalismo industrial para o capitalismo informacional), ligando-se à gestão societal (sobretudo nas sociedades mais avançadas) da relação complexa entre competitividade e solidariedade.

As entidades, estruturas, organizações de “3º sector” são, assim, entidades vocacionadas para a prestação (em princípio, por razões de consciência moral) de serviços de apoio social, de saúde e higiene, de acompanhamento na solidão da velhice, de apoio à pobreza, de ajuda humanitária ao 3º Mundo, de educação, de cultura, etc., constituindo uma constelação muito vasta, difusa e diferenciada de instituições de múltiplas origens, diferentes configurações e desempenhos variados, mas que, no seu conjunto, geraram um (novo?) tipo de sector de economia social no seio do modelo económico capitalista (industrial, por tradição; de transição, por urgência imediata; informacional, por maioria de razão no futuro previsível), seguramente um sector de grande expansão no 1º.Q.XXI, e no qual podemos identificar as categorias mais relevantes:

- Cruz Vermelha (CICR e nacionais);
- Misericórdias (em Portugal);
- IPSS's (Instituições Privadas de Solidariedade Social);
- Ordens Religiosas;
- Irmandades/Confrarias;
- ONG's e ONGD's;
- Fundações; etc.

De um modo geral, com as excepções principais de algumas Misericórdias, algumas Ordens Religiosas e algumas Fundações, estas instituições debatem-se com uma vida financeira atribulada, encontrando-se dependentes de esmolas e/ou contribuições do recurso do Estado, sendo uma das exigências o alcance da solidez e da estabilidade financeiras.

A este facto, acresce ainda, pela sua natureza própria, a permanente necessidade destas instituições de motivação moral, espiritual e religiosa do voluntariado e daí a necessidade do anúncio para assegurar o recrutamento de pessoal, além de doações de bens materiais.

Por outro lado, a indispensabilidade da crescente profissionalização e aperfeiçoamento da gestão das várias entidades exige um estudo urgente sobre o conceito, o ajustamento estratégico, a reestruturação orgânica e as funções das Instituições.

Em qualquer dos casos, revestem-se de méritos próprios e, no mínimo, de leitura cínica, resultam de *enlightened self interest*, exigindo medidas de eficácia no desempenho e uma gestão baseada num sistema de informação de indicadores quantitativos e qualitativos bem definidos.

Portugal tem, no contexto das realidades do 1º.Q.XXI, em termos das exigências colocadas à economia social, uma vantagem comparativa com um elevado potencial: as Misericórdias.

As Misericórdias portuguesas são uma Instituição respeitada e essencial na Sociedade, enfrentando, hoje e para o futuro, a releitura da sua vocação, sendo que a identidade individual de cada Misericórdia impõe, face às realidades, um esforço preparado, reflectido e assumido de organização, coordenação e agrupamento, que lhes permita responder a novas necessidades, nas condições actuais e futuras da sociedade portuguesa.

É assim essencial preparar o posicionamento estratégico das Misericórdias para o 1º quartel do seu 6º século, mantendo o essencial de si próprias, que consiste na dupla dimensão humanista e espiritual da vocação das Misericórdias e assumindo a respectiva sequela: a exigência na selecção dos responsáveis

A reinvenção da sua vocação, nestes termos, apresenta 2 pontos de partida: a manutenção e aprofundamento da herança secular de referência, por um lado, e a inovação - na especificação do

conteúdo das obras de misericórdia; na organização institucional, funcional e operacional; na gestão do património; na criação de novos modelos de (auto-)financiamento e no modelo das relações com o Estado – por outro.

As vias de resposta expressam-se em 3 planos distintos e articulados entre si, exigindo de qualquer forma, a negociação e estabelecimento de um quadro estratégico do relacionamento com o Estado:

- do ponto de vista **conceptual e estratégico**, a reinvenção das Misericórdias como actores de futuro, orientadas para o papel decisivo de solidariedade e serviço na nova economia social; e a definição de um posicionamento estratégico próprio de conjuntos significativos de Misericórdias, face às novas realidades do 1º quartel do séc. XXI.
- do ponto de vista **organizacional**, sistematizar e desenvolver a multiplicidade de valências espontaneamente desenvolvidas pelas Misericórdias, estruturar a rede nacional espontânea, historicamente gerada, que as Misericórdias constituíram, extraíndo o potencial contido numa malha fina de abertura do território, em estreita proximidade às populações e a criação integrada de unidades de acolhimento em complementaridade com unidades de cuidados continuados.
- do ponto de vista **operacional**, a estruturação de espaços regionais organizados, articulando Misericórdias individuais que deliberem organizar-se entre si para potenciarem as suas respostas às novas exigências da economia social, a dotação de escala (número de unidades e dimensão e cobertura geográfica regional organizada), a operacionalização de modelos de gestão numa óptica de serviços partilhados (compras e serviços administrativos, e sistemas de informação) e a criação de modelos de auto-financiamento (através de fundos de poupança – saúde e fundos de investimento imobiliário).

O grande desafio colocado às Misericórdias face às 2 décadas que restam do 1º quartel do séc. XXI, exprime-se na base, na ligação entre o posicionamento estratégico e o plano da acção, e a sua passagem à actuação no terreno, materializando-se no seguinte:

- na concepção e definição do adequado posicionamento estratégico;
- na avaliação, em profundidade, do quadro actual da inserção das Misericórdias na economia social;
- na estruturação dos 3 níveis de resposta acima referidos, num quadro estratégico coerente e consistente;
- na clarificação e redefinição, na perspectiva do 1º quartel do séc. XXI, as relações Misericórdias/Estado;
- enfim, na definição e implementação um plano de acção que permita a fixação do conteúdo operacional, a marcação dos tempos, e o respeito pelos 2 princípios básicos [1) primado da realidade; e 2) determinação da acção], e estabeleça não só os mecanismos de controlo permanente mas também os de adaptação/ajustamento.

A atitude decisiva e inexorável das instituições da economia social é, assim, tomar consciência da realidade actual de tempos de mudança e assumir a exigência de resposta às condições dos tempos actuais.

Bibliografia e Fontes:

- LOPES, Ernâni Rodrigues, *O posicionamento estratégico das Misericórdias no 1º.Q.XXI*, IV Congresso Distrital das Misericórdias de Aveiro, Aveiro, 5.MAI.2006
- MOTCHANE, Jean-Loup, Trad. VAN ACKER, Teresa - *Economia social e economia solidária: álibi ou alternativa ao neoliberalismo?*, in www.ecosol.org.br
- <http://ec.europa.eu> - THE IMPORTANCE OF SOCIAL ECONOMY ENTERPRISES